

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
Total	1.446.898.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.583.657	2.627.962
1.01	Ativo Circulante	177.208	209.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.346	51.618
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.590	42.940
1.01.03	Contas a Receber	12.671	13.134
1.01.03.01	Clientes	12.671	13.134
1.01.04	Estoques	60.409	51.804
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.112	12.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.112	12.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.080	38.029
1.01.08.03	Outros	31.080	38.029
1.01.08.03.01	Adiantamentos	18.065	26.878
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	10.252	10.046
1.01.08.03.04	Outros ativos	2.763	1.105
1.02	Ativo Não Circulante	2.406.449	2.418.304
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.631	101.249
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.908	7.729
1.02.01.03	Contas a Receber	6.286	7.925
1.02.01.03.01	Clientes	6.286	7.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	40.868	37.183
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.868	37.183
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.569	48.412
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	47.569	48.412
1.02.02	Investimentos	2	2
1.02.02.01	Participações Societárias	2	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2	2
1.02.03	Imobilizado	39.149	40.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	39.149	40.802
1.02.04	Intangível	2.264.667	2.276.251
1.02.04.01	Intangíveis	2.264.667	2.276.251
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.260.838	2.272.233
1.02.04.01.02	Outros	3.829	4.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.583.657	2.627.962
2.01	Passivo Circulante	421.160	346.880
2.01.02	Fornecedores	31.074	35.052
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	299.293	225.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	179.576	80.307
2.01.04.02	Debêntures	119.717	145.558
2.01.05	Outras Obrigações	90.793	85.963
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.777	1.629
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.777	1.629
2.01.05.02	Outros	86.016	84.334
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	3.851	4.580
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições a pagar	23.486	22.828
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.773	1.824
2.01.05.02.07	Participações a empregados	14.859	11.536
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	19.424	8.877
2.01.05.02.09	Outras obrigações	2.945	2.805
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	19.558	31.764
2.01.05.02.11	Receita diferida	117	117
2.02	Passivo Não Circulante	820.119	931.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	741.888	855.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	444.376	555.230
2.02.01.02	Debêntures	297.512	300.724
2.02.02	Outras Obrigações	53.560	52.281
2.02.02.02	Outros	53.560	52.281
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	53.373	52.094
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	23.628	21.853
2.02.04.02	Outras Provisões	23.628	21.853
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	23.115	21.522
2.02.04.02.06	Outros Passivos	513	331
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.043	1.071
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.043	1.071
2.03	Patrimônio Líquido	1.342.378	1.349.923
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	5.763	5.763
2.03.04.01	Reserva Legal	5.763	5.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.545	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	211.837	213.285
3.01.01	Receita de Serviços	194.382	204.539
3.01.02	Receita de construção	17.455	8.746
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-134.119	-133.625
3.02.01	Custos dos serviços	-116.664	-124.879
3.02.02	Custo de construção	-17.455	-8.746
3.03	Resultado Bruto	77.718	79.660
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-50.418	-33.820
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.345	-34.679
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	859
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.300	45.840
3.06	Resultado Financeiro	-38.531	-48.673
3.06.01	Receitas Financeiras	8.418	24.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.949	-73.512
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.231	-2.833
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.686	517
3.08.01	Corrente	0	-8.091
3.08.02	Diferido	3.686	8.608
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.545	-2.316
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.545	-2.316
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00500	-0,00200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00500	-0,00200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.545	-2.316
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.545	-2.316

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.476	38.170
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.523	84.238
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	-11.231	-2.833
6.01.01.02	Depreciação e amortização	33.256	28.936
6.01.01.03	Baixa de imobilizado	0	13
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - liquidas	24.373	2.753
6.01.01.05	Provisões diversas	2.261	898
6.01.01.06	Ajuste de operação de Hedge	9.271	53.705
6.01.01.07	Outros	1.593	766
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.953	-46.068
6.01.02.01	Contas a receber clientes	-159	767
6.01.02.02	Depósitos judiciais	843	-568
6.01.02.03	Estoques	-8.605	-12.150
6.01.02.04	Outros créditos	7.155	-1.827
6.01.02.05	Fornecedores	-4.338	-22.328
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	3.981	11.181
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-729	7.670
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	10.869	557
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	0	-2.244
6.01.02.10	Parte relacionadas	2.942	-26.609
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição pagos	0	-517
6.01.02.13	Imposto a recuperar	2.022	0
6.01.02.14	Receita diferida	-28	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.543	65.057
6.02.01	Aquisição de intangível	-20.773	-9.891
6.02.02	Aquisição de imobilizado	1.114	-4.174
6.02.03	Aplicações financeiras	10.116	79.122
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-94.205	-159.463
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-65.212	-358.767
6.03.03	Captação de empréstimos	18.000	350.000
6.03.04	Concessão do serviço público	-339	-16
6.03.05	Liquidação de derivativos	-21.477	-36
6.03.06	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-72.487
6.03.07	Pagamento de juros	-25.177	-78.157
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.272	-56.236
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.618	111.026
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.346	54.790

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.545	0	-7.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.545	0	-7.545
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-7.545	0	1.342.378

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	-2.316	0	1.346.021

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	215.314	219.444
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	200.083	210.429
7.01.02	Outras Receitas	17.492	9.781
7.01.02.01	Outras Receitas	37	855
7.01.02.02	Receita de construção	17.455	8.926
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.261	-766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.319	-69.676
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.864	-60.930
7.02.04	Outros	-17.455	-8.746
7.02.04.01	Custo de Construção	-17.455	-8.746
7.03	Valor Adicionado Bruto	131.995	149.768
7.04	Retenções	-33.256	-28.936
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.256	-28.936
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.739	120.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.418	7.003
7.06.02	Receitas Financeiras	8.418	7.003
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	107.157	127.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	107.157	127.835
7.08.01	Pessoal	57.275	47.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.631	31.732
7.08.01.02	Benefícios	14.571	12.958
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.073	2.377
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.022	14.157
7.08.02.01	Federais	5.235	9.133
7.08.02.02	Estaduais	998	1.007
7.08.02.03	Municipais	3.789	4.017
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.405	68.927
7.08.03.01	Juros	31.822	36.260
7.08.03.02	Aluguéis	457	13.572
7.08.03.03	Outras	15.126	19.095
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.545	-2.316
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.545	-2.316

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.583.657	2.627.962
1.01	Ativo Circulante	177.210	209.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.348	51.620
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.590	42.940
1.01.03	Contas a Receber	12.671	13.134
1.01.03.01	Clientes	12.671	13.134
1.01.04	Estoques	60.409	51.804
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.112	12.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.112	12.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.080	38.029
1.01.08.03	Outros	31.080	38.029
1.01.08.03.01	Adiantamentos	18.065	26.878
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	10.252	10.046
1.01.08.03.03	Outros ativos	2.763	1.105
1.02	Ativo Não Circulante	2.406.447	2.418.302
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.631	101.249
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.908	7.729
1.02.01.03	Contas a Receber	6.286	7.925
1.02.01.03.01	Clientes	6.286	7.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	40.868	37.183
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.868	37.183
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.569	48.412
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	47.569	48.412
1.02.03	Imobilizado	39.149	40.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	39.149	40.802
1.02.04	Intangível	2.264.667	2.276.251
1.02.04.01	Intangíveis	2.264.667	2.276.251
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.260.838	2.272.233
1.02.04.01.02	Outros	3.829	4.018

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.583.657	2.627.962
2.01	Passivo Circulante	421.160	346.880
2.01.02	Fornecedores	31.074	35.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.908	31.051
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.166	4.001
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	299.293	225.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	179.576	80.307
2.01.04.02	Debêntures	119.717	145.558
2.01.05	Outras Obrigações	90.793	85.963
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.777	1.629
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.777	1.629
2.01.05.02	Outros	86.016	84.334
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	3.851	4.580
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições a pagar	23.486	22.828
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.773	1.824
2.01.05.02.07	Participações a empregados	14.859	11.536
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	19.424	8.877
2.01.05.02.09	Outras obrigações	2.945	2.805
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	19.558	31.764
2.01.05.02.11	Receita Diferida	117	117
2.02	Passivo Não Circulante	820.119	931.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	741.888	855.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	444.376	555.230
2.02.01.02	Debêntures	297.512	300.724
2.02.02	Outras Obrigações	53.560	52.281
2.02.02.02	Outros	53.560	52.281
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	53.373	52.094
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	23.628	21.853
2.02.04.02	Outras Provisões	23.628	21.853
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	23.115	21.522
2.02.04.02.05	Outros passivos	513	331
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.043	1.071
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.043	1.071
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.342.378	1.349.923
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	5.763	5.763
2.03.04.01	Reserva Legal	5.763	5.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.545	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	211.837	213.285
3.01.01	Receita de serviços	194.382	204.539
3.01.02	Receita de construção	17.455	8.746
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-134.119	-133.625
3.02.01	Custo dos serviços	-116.664	-124.879
3.02.02	Custo de construção	-17.455	-8.746
3.03	Resultado Bruto	77.718	79.660
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-50.418	-33.820
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.345	-34.679
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	859
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.300	45.840
3.06	Resultado Financeiro	-38.531	-48.673
3.06.01	Receitas Financeiras	8.418	24.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.949	-73.512
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.231	-2.833
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.686	517
3.08.01	Corrente	0	-8.091
3.08.02	Diferido	3.686	8.608
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.545	-2.316
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.545	-2.316
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.545	-2.316
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00500	-0,00200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00500	-0,00200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.545	-2.316
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.545	-2.316
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.545	-2.316

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.476	38.170
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.523	84.238
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	-11.231	-2.833
6.01.01.02	Depreciação e amortização	33.256	28.936
6.01.01.03	Baixa de imobilizado	0	13
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - liquidas	24.373	2.753
6.01.01.05	Provisões diversas	2.261	766
6.01.01.06	Ajuste de operação de Hedge	9.271	53.705
6.01.01.07	Outros	1.593	898
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.953	-46.068
6.01.02.01	Contas a receber clientes	-159	767
6.01.02.02	Depósitos judiciais	843	-568
6.01.02.03	Estoques	-8.605	-12.150
6.01.02.04	Outros créditos	7.155	-1.827
6.01.02.05	Fornecedores	-4.338	-22.328
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	3.981	11.181
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-729	7.670
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	10.869	557
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	0	-2.244
6.01.02.10	Parte relacionadas	2.942	-26.609
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição pagos	0	-517
6.01.02.13	Imposto a recuperar	2.022	0
6.01.02.14	Receita diferida	-28	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.543	65.057
6.02.01	Aquisição de intangível	-20.773	-9.891
6.02.02	Aquisição de imobilizado	1.114	-4.174
6.02.03	Aplicações financeiras	10.116	79.122
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-94.205	-159.463
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-65.212	-358.767
6.03.03	Captação de empréstimos	18.000	350.000
6.03.04	Concessão do serviço público	-339	-16
6.03.05	Liquidação de derivativos	-21.477	-36
6.03.06	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-72.487
6.03.07	Pagamento de juros	-25.177	-78.157
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.272	-56.236
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.620	111.026
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.348	54.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923	0	1.349.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923	0	1.349.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.545	0	-7.545	0	-7.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.545	0	-7.545	0	-7.545
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-7.545	0	1.342.378	0	1.342.378

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

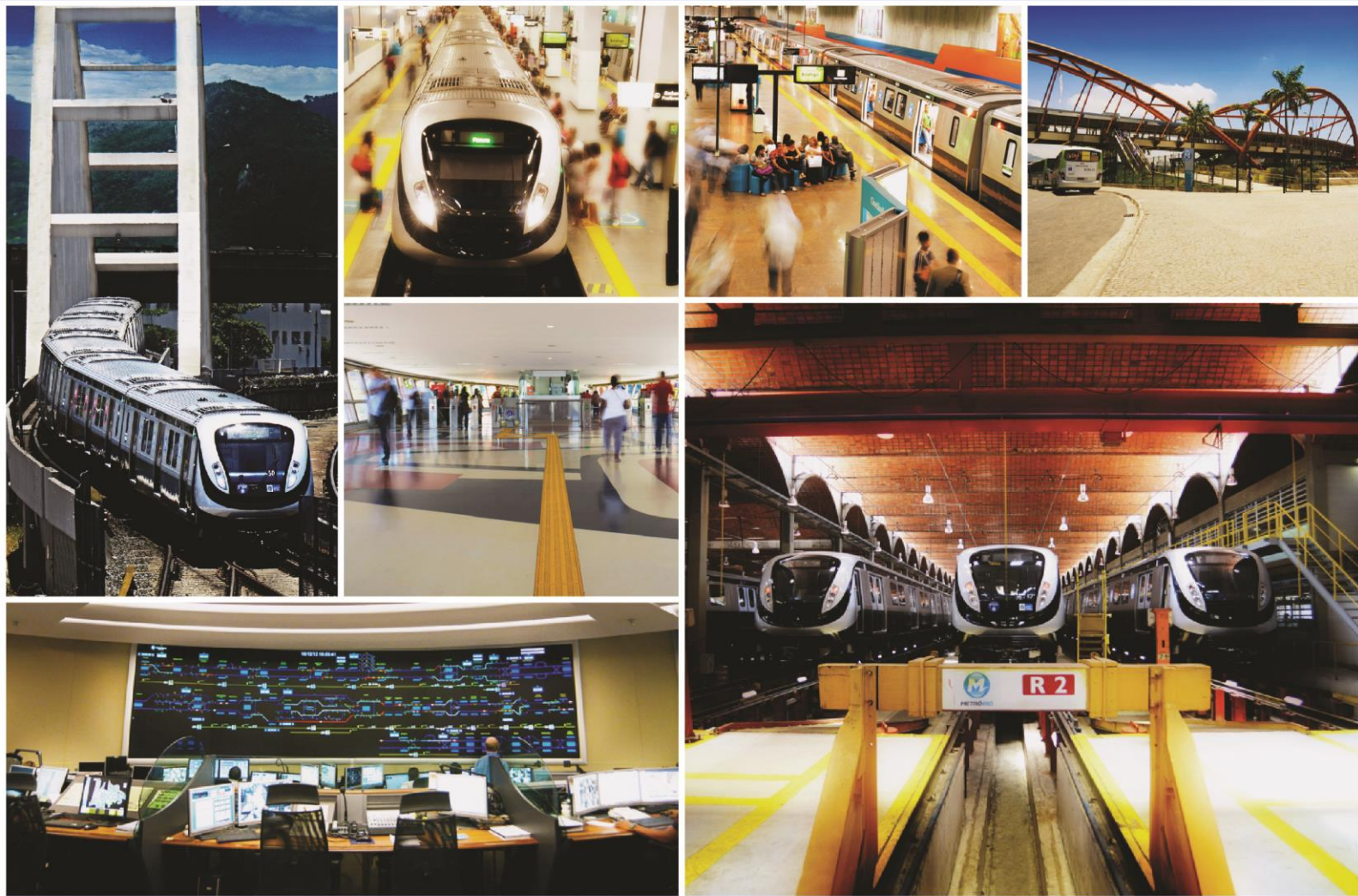
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.316	0	-2.316	0	-2.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.316	0	-2.316	0	-2.316
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	-2.316	0	1.346.021	0	1.346.021

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	215.314	219.444
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	200.083	210.429
7.01.02	Outras Receitas	17.492	9.781
7.01.02.01	Outras Receitas	37	855
7.01.02.02	Receita de construção	17.455	8.926
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.261	-766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.319	-69.676
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.864	-60.930
7.02.04	Outros	-17.455	-8.746
7.02.04.01	Custo de construção	-17.455	-8.746
7.03	Valor Adicionado Bruto	131.995	149.768
7.04	Retenções	-33.256	-28.936
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.256	-28.936
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.739	120.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.418	7.003
7.06.02	Receitas Financeiras	8.418	7.003
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	107.157	127.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	107.157	127.835
7.08.01	Pessoal	57.275	47.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.631	31.732
7.08.01.02	Benefícios	14.571	12.958
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.073	2.377
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.022	14.157
7.08.02.01	Federais	5.235	9.133
7.08.02.02	Estaduais	998	1.007
7.08.02.03	Municipais	3.789	4.017
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.405	68.927
7.08.03.01	Juros	31.822	36.260
7.08.03.02	Aluguéis	457	13.572
7.08.03.03	Outras	15.126	19.095
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.545	-2.316
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.545	-2.316

Comentário de Desempenho

31 de Março de 2017



UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA



Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2017: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., ("MetrôRio" ou "Companhia"), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., tem como principal atividade: a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente").

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 em um total de 36 estações, com 42 quilômetros de extensão, e a manutenção e operação da Linha 4, com 12,7 quilômetros de extensão, e as seguintes estações: Jardim Oceânico, São Conrado, Antero de Quintal, Jardim de Alah, Nossa Senhora da Paz e General Osório.

A Administração da Companhia apresenta suas Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017. As mesmas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das Informações Trimestrais Intermediárias.

As informações financeiras, exceto onde indicado, são apresentadas em bases consolidadas e todos os valores estão em R\$ milhões e as comparações são referentes ao 1T16.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17 METRÔRIO

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DOS TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017.

- O MetrôRio transportou 52,2 milhões de passageiros no 1T17, uma redução de -13,4% em relação ao 1T16, quando foram transportados 60,3 milhões de passageiros. Diante de um forte impacto econômico negativo, com grande redução dos postos de trabalho, gerando menos viagens, o número de passageiros pagantes reduziu -14,5%, passando de 54,7 milhões no 1T16 para 46,7 milhões no 1T17.
- A redução da receita tarifária foi de R\$ 11,4 milhões ou -5,7% no 1T17 em relação ao 1T16. O principal motivo para esta redução é o cenário macroeconômico que está impactando negativamente a demanda de passageiros pagantes.
- As receitas não tarifárias cresceram em um montante de R\$ 1 milhão, ou 10,9%, em relação ao mesmo período de 2016. Este crescimento se deu em incrementos com publicidade e aluguel de espaço publicitário.
- Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram um aumento de R\$ 17,1 milhões, ou 10,2% no 1T17 em relação ao 1T16. O crescimento se deve, principalmente, à operação da Linha 4 (que não existia em 1T16), com o aumento do quadro de funcionários, além do aumento do escopo de contratos, tais como Energia, Limpeza e Manutenção das estações.
- O Resultado Operacional (EBIT) no 1T17 foi de R\$ 27,3 milhões, apresentando uma redução de -40,4%, ou R\$ 18,5 milhões em relação ao 1T16 quando atingiu R\$ 45,8 milhões. Esta variação implica na redução da Receita Líquida Ajustada (menor demanda) e aumento dos custos e despesas operacionais ajustados (pessoal).

DESTAQUES DO TRIMESTRE

❖ CARNAVAL 2017

- O MetrôRio atendeu a demanda de turistas e cariocas no carnaval de 2017, que contou com uma operação especial, que ocorreu no período de 24/02 a 05/03. Foram transportados 3,6 milhões de pessoas no sistema, o que representa um aumento de 2% (80 mil passageiros) em relação ao carnaval de 2016. A Linha 4 foi operada pela primeira vez em um período de Carnaval e transportou 17% do total de passageiros.

❖ REAJUSTE TARIFA

- Em fevereiro de 2017, a AGETRANSF com base no contrato de concessão, autorizou o aumento da tarifa de R\$ 4,10 para R\$ 4,30 com vigência a partir do dia 02 de abril de 2017.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

DESEMPENHO OPERACIONAL

Nas tabelas abaixo, encontram-se os principais indicadores operacionais do MetrôRio:

Demanda

MM	1T17	1T16	▲
MetrôRio – PAX Transportados	52,2	60,3	-13,4%
MetrôRio – PAX Pagantes	46,7	54,7	-14,5%

No 1T17, o número de passageiros transportados reduziu -13,4% em relação ao 1T16, passando de 60,3 milhões para 52,2 milhões.

Oferta

MM	1T17	1T16	▲
Carro x Km ² Operacional	11.703	9.931	17,8%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção.

O aumento do Carro x Km é evidenciado pela melhoria dos indicadores operacionais, *headway* (intervalo entre trens) e aumento da quantidade de DUE's (dias úteis equivalentes), adicionalmente em 1T17 ocorre o impacto da operação da Linha 4, que no mesmo período do ano anterior não existia.

Diante de um cenário desafiador, a demanda, reflete a retração econômica que ocorreu em todo o país, inclusive no Rio de Janeiro, que obteve queda nos principais indicadores macroeconômicos. Abaixo, os maiores impactos:

RECEITAS

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Receita Bruta	217,5	219,2	-0,7%
Receitas Tarifárias	189,5	200,9	-5,7%
Receitas Não Tarifárias	10,6	9,6	10,9%
Receita de Construção (IFRS) ¹	17,5	8,7	99,6%
Receita Bruta Ajustada	200,1	210,4	-4,9%
Deduções da Receita Bruta	(5,7)	(5,9)	3,2%
Receita Líquida Ajustada	194,4	204,5	-5,0%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 194,4 milhões no 1T17, uma redução de R\$ 10,2 milhões, ou -5,0% em relação ao 1T16, principalmente devido a:

- **Receitas tarifárias:** Representando 94,7% da Receita Bruta Ajustada, a redução foi de R\$ 11,4 milhões, ou -5,7% em relação ao 1T16, decorrente da redução no número de passageiros pagantes, devido ao cenário macroeconômico desfavorável que o país se encontra.
- **Receitas não tarifárias:** Representando 5,3% da Receita Bruta Ajustada, no 1T17, a Receita Não Tarifária aumentou em R\$ 1,0 milhão ou 10,9% maior, se comparado ao 1T16. Este aumento se dá especialmente no negócio com espaço publicitário, onde foram capturadas oportunidades de mídia adicionais, inclusive nas estações da Linha 4.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

- **Receita de Construção:** A Receita de Construção é calculada sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados, conforme ICPC 01 Contratos de Concessão no período. O impacto é reflexo do volume de aquisições de intangíveis no período do 1T17 (projetos mencionados em Capex).

CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Custos & Despesas Operacionais	(184,5)	(167,4)	10,2%
Pessoal	(65,0)	(54,3)	19,7%
Conservação & Manutenção	(17,8)	(16,2)	10,1%
Operacionais	(35,1)	(43,5)	-19,2%
Despesas Administrativas	(15,9)	(15,8)	0,5%
Custo de Construção (IFRS)	(17,5)	(8,7)	99,6%
Depreciação & Amortização	(33,3)	(28,9)	14,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustadas¹	(167,1)	(158,7)	5,3%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram um aumento de R\$ 17,1 milhões, ou 10,2% no 1T17 em relação ao 1T16, devido a:

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 10,7 milhões no 1T17 em comparação ao 1T16. O aumento reflete adequação de pessoal para operação e manutenção da Linha 4, reajuste salarial conforme índice de Inflação (INPC) e despesas com rescisões e encargos trabalhistas, em linha com projeto de reestruturação da companhia.
- **Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$ 1,6 milhão ou 10,1% no 1T17 ante o 1T16, principalmente nas rubricas de manutenção de equipamentos e serviços de limpeza, que incluem as estações da Linha 4 (R\$1,0 milhão) e visam a melhoria na qualidade do serviço prestado a todos os passageiros.
- **Operacionais:** Redução de R\$ 8,4 milhões no 1T17, ou -19,2%, frente ao período de 1T16. O principal motivo desta redução é o aluguel de trens da Linha 4 (R\$13,0 milhões) que no mesmo período do ano anterior estavam em utilização nas linhas 1 e 2 com o objetivo de promover o comissionamento e testes dos trens da Linha 4. Em contrapartida, temos os custos operacionais da Linha 4 (R\$4,8 milhões).
- **Despesas Administrativas:** Totalizando R\$15,9 milhões em 1T17, em linha frente ao mesmo período de 2016 (R\$15,8), mesmo com a operação da Linha 4. As principais linhas desta rubrica são: publicidade e propaganda, auditorias e consultorias e serviços de terceiros.
- **Custo de construção:** Os custos de construção são calculados sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados. Conforme ICPC 01 Contratos de Concessão. A exemplo da Receita de Construção, o custo é impactado pelo volume de aquisições de intangíveis no período (projetos mencionados em Capex).
- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 4,3 milhões no 1T17 em comparação ao 1T16, o que explicado pelas maiores adições ao Imobilizado e Intangível (projetos que aumentaram a base do ativo).

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

EBITDA AJUSTADO

R\$ MM	1T17	1T16	▲
EBIT	27,3	45,8	-40,4%
(+) Depreciação & Amortização	33,3	28,9	14,9%
EBITDA¹	60,6	74,8	-19,0%
Ajustes	-	-	-
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(17,5)	(8,7)	-99,6%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	17,5	8,7	99,6%
EBITDA Ajustado²	60,6	74,8	-19,0%
Receita Líquida Ajustada	194,4	204,5	-5,0%
Margem EBITDA (%) Ajustada	31,2%	36,6%	-5,4 p.p

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção.

²Instrução CVM Nº527/12.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 60,6 milhões no 1T17, uma redução de -19,0% em relação ao apurado no 1T16.

A redução do EBITDA Ajustado ocorreu principalmente em razão da menor demanda, impactando diretamente a Receita Líquida, além da operação da Linha 4, com o aumento dos custos operacionais. Já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 31,2%, uma variação negativa de -5,4 p.ps em comparação ao período de 1T16.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Receitas Financeiras	8,4	24,7	-65,9%
Despesas Financeiras	(46,9)	(73,4)	-36,0%
Resultado Financeiro	(38,5)	(48,7)	-20,8%

No 1T17, o resultado financeiro do MetrôRio apresentou uma redução de -20,8% em relação ao 1T16, uma variação de R\$ 10,1 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente:

- **Receitas Financeiras:** A redução de -65,9% ou R\$ 16,3 milhões no 1T17 se comparado ao 1T16, reflete menores ganhos com aplicação financeira (menor volume) e perda com swap, derivativo construído em conjunto ao empréstimo do banco Citibank através da Lei 4131.
- **Despesas Financeiras:** Redução de R\$ 26,4 milhões, ou -36,0% no período de 1T17 se comparado ao mesmo período de 2016. A apreciação do dólar no 1T17 é um dos principais fatores para a variação, minimizando perdas no Fundo Cambial (FIC), as quais ocorreram em maior volume no 1T16, e em Swap Cambial (atrelado financiamento em moeda estrangeira).

LUCRO LÍQUIDO

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(7,5)	(2,3)	225,5%

O prejuízo no 1T17 foi de R\$ 7,5 milhões, representando um aumento de R\$ 5,2 milhões em relação ao 1T16.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

ENDIVIDAMENTO

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Dívida Bruta	1.041,2	1.127,3	-7,6%
Curto Prazo	299,3	193,9	54,3%
Longo Prazo	741,9	933,4	-20,5%
Disponibilidades	70,8	131,5	-46,1%
Caixa e equivalentes de caixa	21,3	54,8	-61,0%
Aplicações Financeiras	49,5	76,7	-35,5%
Dívida Líquida	970,3	995,9	-2,6%

A Dívida Líquida do MetrôRio encerrou o 1T16 com um saldo de R\$ 970,3 milhões. Uma redução de R\$ 25,5 milhões, ou o equivalente a -2,6% em relação ao 1T16.

As disponibilidades apresentaram uma redução de R\$ 40,1 milhões ou -30,5% no 1T17, se comparado ao 1T16. Esta redução decorre principalmente da perda de rentabilidade do Fundo FIC atrelado à moeda norte-americana, amortização do principal da dívida e juros referentes ao financiamento do Citibank sob amparo da Lei 4131, e debêntures HSBC.

A redução da Dívida Bruta em -5,8% ou R\$ 65,6 milhões no 1T17 é motivada pela amortização do financiamento pelo Citibank, sob amparo da Lei 4.131, debêntures HSBC e amortização BNDES 2 e Calyon.

CAPEX

R\$ MM	1T17	1T16	▲
Adição ao Imobilizado	1,8	2,1	-14,5%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,8	0,1	887,2%
Direito de Concessão (Investimento)	17,5	8,9	95,6%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(0,2)	(0,2)	0,0%
(-) Transações não Caixa	(15,2)	(25,0)	-39,3%
(-) Margem de Construção	-	-	-
Total Investido	4,6	(14,1)	-132,8%

Os investimentos somam R\$4,6 milhões no 1T17. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos:

- Adequação/Desenvolvimento Softwares (Indicadores desempenho; ATP Frenagens)
- Estação General Osório (Inclusão Linha 4)

Comentário do Desempenho

RESULTADOS 1T17

METRÔRIO

GLOSSÁRIO

ACT: acordo coletivo de trabalho.

AGETRANSP: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.

ATP: Automatic train protection

Carro x km: indicador de oferta do sistema metroviário, que consiste na quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha vezes o número de carros da composição, em uma única direção.

CDI: Certificados de Depósitos Interbancários são títulos emitidos pelos bancos como forma de captação ou aplicação de recursos excedentes

TR: Taxa Referencial de Juros

Dia Útil Equivalente (DUE): quantidade de dias úteis típicos, mais a quantidade de sábados, domingos, feriados e dias úteis atípicos, equivalentes a um dia útil típico.

Receitas e Custos de Construção: É uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível.

Receita Líquida Ajustada: Receita líquida que se refere exclusivamente à prestação de serviços da concessionária, excluindo as Receitas de Construção.

EBIT: O EBIT é a sigla em inglês para Earning Before Interest and Taxes, também chamado no Brasil de LAJIR, isto é, Lucro antes dos Juros e Tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido). O EBIT corresponde a uma medida de lucro mais ligada ao resultado de natureza operacional auferido pela sociedade, que não inclui resultado financeiro, dividendos ou juros sobre o capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não operacionais.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é UMA medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA foi padronizado pela Instrução CVM Nº 527/12.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão da margem de construção (Receitas de Construção menos Custos de Construção). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é uma forma de representar a sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da Margem EBITDA Ajustada, a em consideração a relação entre o EBITDA Ajustado e a Receita Líquida Ajustada.

IFRS: International Financial Reporting Standards são normas/padrões internacionais de contabilidade.



Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2017

Notas Explicativas

16

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

Notas Explicativas

17

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível a medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, MetroBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Notas Explicativas

18

Em 31 de março de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$243.950 (R\$137.220, negativo, em 31 de dezembro de 2016), devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$299.293 (R\$225.865 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da operação “Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e da coligada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 11 de maio de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	4.777	6.543	4.779	6.545
Certificado de depósitos bancários – CDB	12.397	33.850	12.397	33.850
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	4.172	11.225	4.172	11.225
Caixa e equivalentes de caixa	<u>21.346</u>	<u>51.618</u>	<u>21.348</u>	<u>51.620</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 98,15% do CDI (96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

20

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo do contrato de concessão, em 31 de março de 2017, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$21.238 e não há restrição de movimentação destes recursos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa do CDI</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
				<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras vinculadas					
Fundo cambial exclusivo (a)	100%	DÓLAR	set/18		
Letras financeiras de tesouro					
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				41.590	42.940
Total circulante				41.590	42.940
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	95,89%	DI	ago/18	4.665	4.545
Operações compromissadas	95,88%	DI	jan/18	3.243	3.184
Total não circulante (*)				7.908	7.729
Aplicações financeiras				49.498	50.669

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$7.908 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:
- R\$112 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
 - R\$13 (Banco Santander), R\$1.019 (Banco Safra S.A.), R\$16 (Banco HSBC), R\$2.225 (Banco Bradesco) e R\$4.523 (Banco Itaú) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

21

5. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Venda de passagens (a)	6.081	8.375
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	11.846	9.337
Outros títulos a receber	735	763
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.991)	(5.341)
Créditos a receber circulante – líquido	12.671	13.134
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	11.980	12.008
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.694)	(4.083)
Créditos a receber não circulante	6.286	7.925

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2017	30.642	(11.685)	6.805	3.214	1.478	1.252	98	362	378	17.054
31 de dezembro de 2016	30.483	(9.424)	8.375	3.408	303	395	576	291	324	16.811

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de Março de 2017						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(11.685)	(25)	(25)	(28)	(98)	(362)	(377)	(10.770)

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2016						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)	(8.151)

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(9.424)	(8.989)
Adições	(2.600)	(5.118)
Reversões	228	3.058
Baixas	111	1.625
Saldo no fim do período	(11.685)	(9.424)

Notas Explicativas

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia não recebeu valores referentes a gratuidade estudantil no primeiro trimestre de 2017 e 2016.

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	60.409	51.804
Total	60.409	51.804

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	1.398	2.110
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	6.942	1.186
PIS e COFINS	1.081	685
IRRF – aplicações financeiras	408	6.082
Outros	283	2.070
Total	10.112	12.133

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Notas Explicativas

23

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza</u>		
Prejuízo fiscal	2.733	-
Base negativa de contribuição social	984	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.973	3.753
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos processuais	8.812	8.223
Amortização provisão outorga suplementar	9.694	9.489
Provisão para participação nos lucros	5.010	3.883
Provisões não dedutíveis	11.395	9.550
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	(2.539)	1.562
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direiro de concessão (*)	(6.014)	(6.086)
Custo de captação (*)	(146)	(157)
Outros	4.038	4.038
	<u>40.868</u>	<u>37.183</u>
Impostos diferidos – Ativo	51.227	45.086
Impostos diferidos – Passivo	(10.359)	(7.903)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre a amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$24 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. O custo de captação são realizados conforme o prazo do financiamento.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2017</u>
2017	13.128
2018	7.478
2019	833
2020	1.032

Notas Explicativas

24

2021	1.330
2022 a 2024	9.587
2025 a 2026	<u>17.839</u>
Total	<u>51.227</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	435	439
ISS	1.650	1.404
IRRF e CSRF	1.321	2.004
Taxa AGETRANSP-RJ	314	335
INSS sobre terceiros	96	398
INSS sobre terceiros	35	-
Circulante	<u>3.851</u>	<u>4.580</u>
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(11.231)	(2.833)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	3.819	963
Adições permanentes	(133)	(34)
Outros	-	(412)
	<u>3.686</u>	<u>517</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(8.091)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.686	8.608
Total dos impostos no resultado	<u>3.686</u>	<u>517</u>
Alíquota efetiva	<u>32,82%</u>	<u>18,25%</u>

Notas Explicativas

25

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora e Consolidado				
		31/03/2017				
		Ativo	Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	457	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	26	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	12.848	117.769	-	(3.418)
LAMSA	Nota de débito (a)	5	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	4.718	-	-	(4.590)
INVEPAR	Dividendos	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (d)	<u>9.690</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>206</u>	<u>-</u>
		<u>10.252</u>	<u>17.629</u>	<u>117.769</u>	<u>206</u>	<u>(8.008)</u>

		Controladora e Consolidado				
		31/12/2016				
		Ativo	Passivo		Resultado 31/03/2016	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	457	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	26	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	12.848	120.981	-	(3.692)
LAMSA	Nota de débito (a)	5	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	1.432	-	-	(4.436)
INVEPAR	Dividendos	-	3	-	-	-
VIA 040	Nota de débito (a)	-	138	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (d)	9.484	-	-	198	-
METROBARRA	Locação de trem (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.068)</u>
		<u>10.046</u>	<u>14.480</u>	<u>120.981</u>	<u>198</u>	<u>(20.855)</u>

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que são repassados através de critérios de rateio os quais são normalmente liquidados dentro do próprio mês ou mês subsequente. Por este motivo não são acruados juros.

Notas Explicativas

(b) Debêntures: Conforme descrito na Nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Contrato de locação: Em 15 de abril de 2016, MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metroviário da Linha 4 para utilização nas Linhas 1 e 2. A remuneração pela a utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. Em 01 de abril de 2016, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de locação de material rodante firmado entre o MetrôRio e o MetroBarra, no qual foi reajustado o valor da locação para R\$320 a partir de abril de 2016. O contrato permaneceu em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016.

(d) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Pró-labore	678	633
Encargos	77	82
Outros benefícios	78	91
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>833</u>	<u>806</u>

Em 28 de abril de 2017 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$9.836.

A eleição do Conselho de Administração ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,60%	47.958	997	-	48.955
Móveis e utensílios		6.307	108	-	6.415
	10%				
Veículos		1.823	-	-	1.823
	20%				
Equipamentos de computação		<u>15.113</u>	<u>689</u>	<u>(4)</u>	<u>15.798</u>
	20%				
		<u>71.201</u>	<u>1.794</u>	<u>(4)</u>	<u>72.991</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(19.030)	(1.676)	-	(20.706)
Móveis e utensílios		(3.379)	(1.019)	-	(4.398)
Veículos		(1.111)	(8)	-	(1.119)
Equipamentos de computação		<u>(6.879)</u>	<u>(744)</u>	<u>4</u>	<u>(7.619)</u>
Depreciação acumulada		<u>(30.399)</u>	<u>(3.447)</u>	<u>4</u>	<u>(33.842)</u>
Imobilizado líquido		<u>40.802</u>	<u>(1.664)</u>	<u>=</u>	<u>39.149</u>

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,60%	38.573	12.945	(3.560)	47.958
Móveis e utensílios		4.489	3.045	(1.227)	6.307
	10%				
Veículos		1.823	-	-	1.823
	20%				
Equipamentos de computação		<u>9.632</u>	<u>6.154</u>	<u>(673)</u>	<u>15.113</u>
	20%				
		<u>54.517</u>	<u>22.144</u>	<u>(5.460)</u>	<u>71.201</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(16.075)	(6.133)	3.178	(19.030)
Móveis e utensílios		(773)	(3.811)	1.205	(3.379)
Veículos		(1.746)	(32)	667	(1.111)
Equipamentos de computação		<u>(4.781)</u>	<u>(2.098)</u>	<u>-</u>	<u>(6.879)</u>
Depreciação acumulada		<u>(23.375)</u>	<u>(12.074)</u>	<u>5.050</u>	<u>(30.399)</u>
Imobilizado líquido		<u>31.142</u>	<u>10.070</u>	<u>(410)</u>	<u>40.802</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

	Controladora e Consolidado				
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2017
Custo					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.237.122	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	(*)	653.173	17.155	-	670.328
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	-	932.843
Investimento na Concessão – Ativos de operação e Infra	(*)	-	300	-	300
Direito de software	20%	15.543	770	-	16.313
Outros		<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
		<u>3.232.831</u>	<u>18.225</u>	<u>-</u>	<u>3.251.056</u>
Amortização					
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(252.154)	(2.667)	-	(254.821)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(443.330)	(18.251)	-	(461.581)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(249.571)	(7.930)	-	(257.501)
Investimento na Concessão – Ativos de operação e Infra		-	(2)	-	(2)
Direito de software		<u>(11.525)</u>	<u>(959)</u>	<u>-</u>	<u>(12.484)</u>
Amortização acumulada (d)		<u>956.580</u>	<u>(29.809)</u>	<u>-</u>	<u>986.389</u>
Total intangível líquido		<u>2.276.251</u>	<u>(11.584)</u>	<u>-</u>	<u>2.264.667</u>

	Controladora e Consolidado				
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.237.122	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	(*)	580.794	74.172	(1.793)	653.173
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	20%	12.616	2.927	-	15.543
Outros		<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
		<u>3.157.525</u>	<u>77.099</u>	<u>(1.793)</u>	<u>3.232.831</u>
Amortização					
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(241.308)	(10.846)	-	(252.154)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(377.746)	(67.085)	1.501	(443.330)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(217.321)	(32.250)	-	(249.571)
Direito de software		<u>(8.174)</u>	<u>(3.351)</u>	<u>-</u>	<u>(11.525)</u>
Amortização acumulada (d)		<u>(844.549)</u>	<u>(113.532)</u>	<u>1.501</u>	<u>956.580</u>
Total intangível líquido		<u>2.312.976</u>	<u>(36.433)</u>	<u>(292)</u>	<u>2.276.251</u>

Notas Explicativas

(*) Prazo remanescente da concessão, 21 anos. O direito de outorga refere-se ao direito de exploração do sistema metroviário do Rio de Janeiro S.A., conforme mencionado na Nota explicativa 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e o montante referente ao ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na Nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo intangível em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas

30

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	<u>2</u>	<u>2</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	<u>2</u>	<u>2</u>

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu uma filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

Em 22 de junho de 2016, a Companhia encerrou as atividades da sua filial Citpax LLC, não gerando impactos contábeis e fiscais.

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	25.908	31.051
Fornecedores internacionais	5.166	4.001
Total	<u>31.074</u>	<u>35.052</u>

Notas Explicativas

31

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					31/03/2017			31/12/2016
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto II	TJLP	1,92%	15/02/2017	8,92%	-	-	-	1.491
BNDES Direto III								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	8,72%	23.324	149.792	173.116	178.194
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	8,72%	425	-	425	606
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	8,72%	13.430	85.186	98.616	101.546
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	12,25%	1.298	-	1.298	1.687
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	15,25%	1.375	-	1.375	1.788
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	2,70%	102.682	-	102.682	126.924
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,15%	19.207	229.970	249.177	250.043
Banco do Brasil	DI	17,57%	07/07/2017	17,37%	18.263	-	18.263	-
Subtotal					180.004	464.948	644.952	662.279
Custo de captação					(428)	-	(428)	(462)
Aplicação financeira vinculada(*)					-	(20.572)	(20.572)	(26.280)
Total					179.576	444.376	623.952	635.537
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,85%	12.848	117.769	130.617	133.829
Debêntures - Instituições								
Financeiras	DI	16,25%	16/05/2018	15,65%	107.883	180.000	287.883	102.211
Subtotal					120.731	297.769	418.500	447.940
Custo de captação					(1.014)	(257)	(1.271)	(1.658)
Total					119.717	297.512	417.229	446.282
Total geral					299.293	741.888	1.041.181	1.081.819

(*) Dos quais R\$4.712, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$15.860, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2016	Adições				Amortização			Transferência	31/03/2017
		Captação	Juros	Atualização monetária	Variação cambial	Principal	Juros(*)	Custo de captação		
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II	1.491	-	10	1	-	(1.487)	(15)	-	-	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.261	-	3.266	81	-	(5.678)	(3.284)	-	5.678	23.324
Subcrédito "B"	606	-	8	1	-	(182)	(8)	-	-	425
Subcrédito "C"	13.395	-	1.861	45	-	(3.271)	(1.871)	-	3.271	13.430
Caixa Econômica Federal	17.335	-	5.246	103	-	(3.535)	(3.478)	-	3.536	19.207
Citibank	21.439	-	1.126	-	(170)	(17.047)	(4.755)	-	102.089	102.682
Banco do Brasil	-	18.000	431	-	-	-	(168)	-	-	18.263
FINEP										
Subcrédito "A"	1.574	-	19	-	-	(389)	(20)	-	113	1.298
Subcrédito "B"	1.668	-	33	(2)	-	(411)	(33)	-	120	1.375
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	3.418	-	-	(3.212)	(3.418)	-	3.212	12.848
Debênture - HSBC	31.900	-	7.997	-	-	(30.000)	(8.402)	-	-	1.495
Debênture BB	102.211	-	4.177	-	-	-	-	-	-	106.388
Custos de captação	(1.863)	-	-	-	-	-	-	421	-	(1.442)
Subtotal	<u>225.865</u>	<u>18.000</u>	<u>27.592</u>	<u>230</u>	<u>(170)</u>	<u>(65.212)</u>	<u>(25.452)</u>	<u>421</u>	<u>118.019</u>	<u>299.293</u>
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES III										
Subcrédito "A"	154.933	-	-	537	-	-	-	-	(5.678)	149.792
Subcrédito "C"	88.151	-	-	306	-	-	-	-	(3.271)	85.186
Caixa Econômica Federal	232.708	-	-	798	-	-	-	-	(3.536)	229.970
Citibank	105.485	-	-	-	(3.396)	-	-	-	(102.089)	-
FINEP										
Subcrédito "A"	113	-	-	-	-	-	-	-	(113)	-
Subcrédito "B"	120	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-
Debêntures										
Debênture - LAMSA	120.981	-	-	-	-	-	-	-	(3.212)	117.769
Debênture - HSBC	180.000	-	-	-	-	-	-	-	-	180.000
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
Subtotal	<u>882.234</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.642</u>	<u>(3.396)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(118.019)</u>	<u>762.461</u>
Total geral	<u>1.108.099</u>	<u>18.000</u>	<u>27.592</u>	<u>1.872</u>	<u>(3.566)</u>	<u>(65.212)</u>	<u>(25.452)</u>	<u>421</u>	<u>-</u>	<u>1.061.753</u>

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Notas Explicativas

33

Descrição	31/12/2015 (Reapresentado)	Adições				Amortização			Transferência	31/12/2016
		Captação	Juros	Atualização monetária	Variação cambial	Principal	Juros(*)	Custo de captação		
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II	8.840	-	457	79	-	(8.865)	(488)	-	1.468	1.491
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	23.006	-	14.228	321	-	(22.512)	(14.298)	-	22.516	23.261
Subcrédito "B"	718	-	57	11	-	(720)	(59)	-	599	606
Subcrédito "C"	13.247	-	8.115	185	-	(12.967)	(8.154)	-	12.969	13.395
Calyon	3.342	-	62	(5)	(485)	(2.838)	(76)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	8.039	-	19.020	-	(1.120)	(7.026)	(16.688)	-	15.110	17.335
Citibank	147.893	-	4.331	-	(10.382)	(133.546)	(6.042)	-	19.185	21.439
FINEP										
Subcrédito "A"	1.568	-	125	21	-	(1.567)	(144)	-	1.571	1.574
Subcrédito "B"	1.662	-	163	24	-	(1.660)	(183)	-	1.662	1.668
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	15.546	-	-	(12.847)	(15.546)	-	12.847	12.848
Debênture - HSBC	265.333	-	36.136	-	-	(210.000)	(89.569)	-	30.000	31.900
Debênture BB	64.105	200.000	14.977	-	-	(155.000)	(21.871)	-	-	102.211
Custos de captação	(827)	(4.144)	-	-	-	-	-	3.108	-	(1.863)
Subtotal	<u>549.774</u>	<u>195.856</u>	<u>113.217</u>	<u>636</u>	<u>(11.987)</u>	<u>(569.548)</u>	<u>(173.118)</u>	<u>3.108</u>	<u>117.927</u>	<u>225.865</u>
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES II	1.467	-	-	1	-	-	-	-	(1.468)	-
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	175.090	-	-	2.359	-	-	-	-	(22.516)	154.933
Subcrédito "B"	595	-	-	4	-	-	-	-	(599)	-
Subcrédito "C"	99.777	-	-	1.343	-	-	-	-	(12.969)	88.151
Caixa Econômica Federal	241.160	-	-	6.658	-	-	-	-	(15.110)	232.708
Citibank	-	140.000	-	-	(15.330)	-	-	-	(19.185)	105.485
FINEP										
Subcrédito "A"	1.678	-	-	6	-	-	-	-	(1.571)	113
Subcrédito "B"	1.775	-	-	7	-	-	-	-	(1.662)	120
Debêntures										
Debênture - LAMSA	133.828	-	-	-	-	-	-	-	(12.847)	120.981
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	-	(30.000)	180.000
Custos de captação	-	-	-	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Subtotal	<u>655.370</u>	<u>350.000</u>	<u>-</u>	<u>10.378</u>	<u>(15.330)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(117.927)</u>	<u>882.234</u>
Total geral	<u>1.205.144</u>	<u>545.856</u>	<u>113.217</u>	<u>11.014</u>	<u>(27.317)</u>	<u>(569.548)</u>	<u>(173.118)</u>	<u>2.851</u>	<u>-</u>	<u>1.108.099</u>

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/03/2017	31/12/2016
2018	221.090	319.077
2019	61.919	62.027
2020 em diante	<u>458.879</u>	<u>474.850</u>
	<u>741.888</u>	<u>855.954</u>

Notas Explicativas

34

BNDES

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto II”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e são pagos mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “B” será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$13.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$4.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

Notas Explicativas

35

- Constituir penhor em favor do BNDES, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. A primeira parcela foi liquidada em 10 de março de 2017. Existem covenants financeiros que estão sendo atendidos pela Companhia, vide tabela de cláusulas restritivas a seguir.

Notas Explicativas

36

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. No primeiro trimestre de 2017 não foram capitalizados juros (R\$180 em 31 de dezembro de 2016).

Banco do Brasil

Em 06 de fevereiro de 2017, com o objetivo de atender a demanda de fluxo de caixa, foi liberado o crédito de R\$ 18.000.000,00 previsto no contrato de abertura de crédito nº 330.900.489 celebrado com o Banco do Brasil S.A. O contrato é prorrogado por períodos de 90 dias, sendo o próximo vencimento em 07/07/2017. Os juros incidirão sobre o saldo devedor, calculados hoje à taxa de 144,87% do CDI a serem debitados mensalmente no último dia útil de cada mês.

Notas Explicativas

37

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Notas Explicativas

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo HSBC Bank Brasil S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 (duzentas) Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 180 dias (cento e oitenta dias) contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de Novembro de 2016.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA LIQUIDA/EBITDA	≤ 3,50	Trimestral

*Resultado Financeiro

Notas Explicativas

39

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	933	960
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	840	864
	<u>1.773</u>	<u>1.824</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	53.373	52.094
	<u>53.373</u>	<u>52.094</u>
Total	<u>55.146</u>	<u>53.918</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$933 (R\$960 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.
- R\$53.373 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de março de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de março de 2017, R\$53.373 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$57.684 (R\$56.293 em 31 de dezembro de 2016). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Notas Explicativas

- b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de março de 2017, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 o valor investido totalizou R\$17.455 (R\$8.926 em 31 de março de 2016).

Em 31 de março de 2017, o valor de R\$840 (R\$864 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Movimentação concessão:

	<u>31/12/2016</u>	Controladora e Consolidado		<u>31/03/2017</u>
		<u>Atualização resultado (c)</u>	<u>Pagamento</u>	
Outorga (a)	<u>1.824</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>
Circulante	<u>1.824</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>
Outorga (b)	<u>52.094</u>	<u>1.618</u>	<u>(339)</u>	<u>53.373</u>
Não Circulante	<u>52.094</u>	<u>1.618</u>	<u>(339)</u>	<u>53.373</u>
Total	<u>53.918</u>	<u>1.567</u>	<u>(339)</u>	<u>55.146</u>

	<u>31/12/2015</u>	Controladora e Consolidado		<u>31/12/2016</u>
		<u>Atualização resultado (c)</u>	<u>Pagamento</u>	
Outorga (a)	<u>2.171</u>	<u>(347)</u>	<u>-</u>	<u>1.824</u>
Circulante	<u>2.171</u>	<u>(347)</u>	<u>-</u>	<u>1.824</u>
Outorga (b)	<u>47.651</u>	<u>6.007</u>	<u>(1.564)</u>	<u>52.094</u>
Não Circulante	<u>47.651</u>	<u>6.007</u>	<u>(1.564)</u>	<u>52.094</u>
Total	<u>49.822</u>	<u>5.660</u>	<u>(1.564)</u>	<u>53.918</u>

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

(c) Os valores negativos referem-se a variação cambial passiva ocorrida no período/exercício.

Notas Explicativas

41

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u>6.093.927</u>

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, levou em consideração a opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis	10.578	8.834
Trabalhistas	9.328	10.055
Tributárias	3.051	2.525
Outros	<u>158</u>	<u>108</u>
Total	<u>23.115</u>	<u>21.522</u>

Notas ExplicativasMovimentação das provisões

	Saldo inicial 31/12/2016	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/03/2017
Cíveis	8.834	407	543	(456)	9.328
Trabalhistas	10.055	865	175	(517)	10.578
Tributárias	2.525	526	-	-	3.051
Outros	<u>108</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>158</u>
Total	<u>21.522</u>	<u>1.848</u>	<u>718</u>	<u>(973)</u>	<u>23.115</u>

	Saldo inicial 31/12/2015	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2016
Cíveis	7.301	1.965	851	(1.283)	8.834
Trabalhistas	7.672	1.508	1.438	(563)	10.055
Tributárias	-	3.900	-	(1.375)	2.525
Outros	<u>-</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>(109)</u>	<u>108</u>
Total	<u>14.973</u>	<u>7.590</u>	<u>2.289</u>	<u>(3.330)</u>	<u>21.522</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de março de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$33.082 (R\$41.349 em 31 de dezembro de 2016).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 31 de março de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$9.344 (R\$11.417 em 31 de dezembro de 2016).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento desses valores, até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. A contingência tributária provisionada no valor de R\$1.301 é corrigida mensalmente pelo IGPM.

Notas Explicativas

43

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía R\$24.935 em depósitos recursais (R\$25.532 em 31 de dezembro de 2016).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de março de 2017 é de R\$28.645 (R\$30.183 em 31 de dezembro de 2016), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de março de 2017, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.527 (R\$20.513 em 31 de dezembro de 2016).

c) Bloqueios judiciais

Em 31 de março de 2017, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$2.107 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações .

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva legal é de R\$5.763.

Notas Explicativasc) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 05 de outubro de 2016 a Companhia realizou o pagamento referente a antecipação de dividendos do exercício de 2016 no montante de R\$30.116 com base no resultado de 31 de agosto de 2016.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZAReceitas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Receita com passagens	189.471	200.856
Receitas acessórias	10.612	9.573
Receita da construção	17.455	8.746
Impostos e contribuições sobre a receita	(5.701)	(5.890)
Receita de serviços líquidas	211.837	213.285

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal e encargos	(64.999)	(54.291)
Conservação e manutenção	(17.793)	(16.159)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.952)	(1.395)
Seguros e garantias	(1.726)	(1.024)
Serviços de terceiros	(3.885)	(3.790)
Veículos	(259)	(140)
Consultoria e assessoria	(2.030)	(2.834)
Aluguéis*	(457)	(13.572)
Energia elétrica	(23.267)	(21.665)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(2.261)	(766)
Provisão para riscos processuais	(2.257)	(462)
Parte relacionada	(4.590)	(4.436)
Depreciação e amortização	(33.256)	(28.936)
Custo de construção	(17.455)	(8.746)
Outros	(8.350)	(9.229)
	<u>(184.537)</u>	<u>(167.445)</u>
Custo de serviços prestados	(116.664)	(124.879)
Custo de construção	(17.455)	(8.746)
Despesas gerais e administrativas	(50.345)	(34.679)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(73)	859
	<u>(184.537)</u>	<u>(167.445)</u>

* No período findo de 31 de março de 2016, o MetrôRio incorreu em custo de locação, o aluguel de trens junto ao METROBARRA, vide nota 8, no montante de R\$13.068.

Notas Explicativas**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	3.237	7.812
Juros ativos	199	53
Variação monetária ativa	1.348	1.487
Variações cambiais ativas	<u>3.634</u>	<u>15.487</u>
Total receitas financeiras	<u>8.418</u>	<u>24.839</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.728)	(14.000)
Comissões e despesas bancárias	(366)	(3.474)
Juros passivos	(2.503)	(6.703)
Instrumentos financeiros derivativos	(9.271)	(28.339)
Variação monetária passiva	(4.374)	(5.320)
Juros sobre debêntures	(12.173)	(11.685)
Variações cambiais passivas	(461)	-
Juros com partes relacionadas	(3.418)	(3.692)
Outros	<u>(655)</u>	<u>(299)</u>
Total despesas financeiras	<u>(46.949)</u>	<u>(73.512)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(38.531)</u>	<u>(48.673)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	(7.545)	(2.316)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>
Prejuízo básico e diluído por ações	<u>(0,005)</u>	<u>(0,002)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2017, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2017, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	250.000	01/08/2016	01/08/2017	Bradesco
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2016	01/08/2017	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Transporte internacional	3.000*	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2016	31/12/2017	SURA
D&O	100.000	20/03/2017	20/03/2018	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$10.680).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de março de 2017 eram de R\$26.413 (R\$26.392 em 31 de dezembro de 2016), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na Nota explicativa 4.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de março de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

Notas Explicativas

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2016. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	21.348	-	51.620	-
Aplicação financeira	49.498	-	50.669	-
Créditos a receber	-	18.957	-	21.059
Parte relacionada	-	10.252	-	10.046
Total do ativo	<u>70.846</u>	<u>29.209</u>	<u>102.289</u>	<u>31.105</u>
Passivos				
Fornecedores	-	31.074	-	35.052
Parte relacionada	-	4.777	-	1.629
Empréstimos e financiamentos (*)	-	623.952	-	635.537
Debêntures	-	417.229	-	446.282
Obrigações com poder concedente	-	55.146	-	53.918
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.558	-	31.764
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.151.736</u>	<u>-</u>	<u>1.204.182</u>

(*) Líquido da aplicação financeira vinculada

Notas Explicativas

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e SELIC e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na Nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui empréstimos no exterior.

Notas Explicativas

49

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/03/2017
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	124.330	104.547	(19.782)	(19.558)
							Passivo circulante	(19.558)

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	140.000	127.619	159.383	(33.062)	(31.764)
							Passivo circulante	(31.764)

Swap liquidados:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/03/2017
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	13/03/2017	140.000	22.642	44.119	(21.477)	(21.477)
							Passivo circulante	(21.477)

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	140.654	110.770	29.883	4.482
							Ativo circulante	25.401

Notas Explicativas

50

NDF liquidadas:

31/12/2016

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/01/2016	EUR 21	4,46	6
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/02/2016	EUR 10	4,40	2
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/05/2016	EUR 381	4,33	(141)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	18/01/2016	15/06/2016	EUR 67	4,62	(48)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	27/06/2016	EUR 740	4,37	(457)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2016	30/06/2016	EUR 261	4,85	(324)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	30/06/2016	EUR 198	4,70	(216)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/07/2016	EUR 11	4,05	(9)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	EUR 67	4,71	(79)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	29/07/2016	EUR 1360	4,05	(1.510)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	EUR 603	4,81	(184)
Total:						<u>(3.061)</u>

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

a para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	7,12%	8,90%	10,68%
TR Passivo (% ao ano)	1,04%	1,30%	1,56%
DI Ativo (% ao ano)	10,65%	7,99%	5,33%
DI Passivo (% ao ano)	10,65%	13,31%	15,98%
SELIC Ativo (% ao ano)	10,38%	7,79%	5,19%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$3,25	4,06	4,88

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Notas Explicativas

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa	DI	4.779	892	669	446
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	12.397	4.239	3.179	2.119
Operações compromissadas	DI	4.172	1.905	1.429	952
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - NTN B	SELIC	41.590	5.861	4.396	2.931
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	4.665	619	774	929
Debêntures (Operações compromissadas)	DI	3.243	434	542	651
Total ativos financeiros		70.846	13.950	10.989	8.028
Passivos Financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	(272.157)	(19.378)	(24.222)	(29.066)
FINEP	TJLP	(2.673)	(190)	(238)	(285)
Debênture AB_BB	DI	(106.388)	(11.330)	(14.163)	(16.995)
Financiamento CEF	TR	(249.177)	(2.591)	(3.239)	(3.887)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(130.617)	(1.358)	(1.698)	(2.038)
Debênture HSBC	DI	(181.495)	(19.329)	(24.162)	(28.994)
CITIBANK	DI	(102.682)	(10.936)	(13.670)	(16.403)
Banco do Brasil	DI	(18.263)	(1.945)	(2.431)	(2.918)
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	20.572	2.191	1.643	1.095
Total passivos Financeiros		(1.042.880)	(64.867)	(82.179)	(99.491)

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	623.952	635.537
Debêntures (operações compromissadas)	417.229	446.282
Caixa e equivalentes de caixa	(21.348)	(51.620)
Aplicações financeiras	(49.498)	(50.669)
Dívida líquida	970.335	979.530
Patrimônio líquido	<u>1.342.378</u>	<u>1.349.923</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.312.713</u>	<u>2.329.453</u>

Notas Explicativas

52

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	11.420	11.780
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	-	180

25. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O MetrôRio mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de março de 2017 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, realizada em 31 de dezembro de 2016, e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas informações contábeis trimestrais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das Operações "Lava Jato" e "Greenfield". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia é indeterminado.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 13 de maio de 2016, sem modificação e com ênfase sobre diligências envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de três meses findo em 31 de março de 2017.

A DIRETORIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 11 de maio de 2017, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de três meses findo em 31 de março de 2017.

A DIRETORIA